

O Estado de S. Paulo

15/7/2003

REFORMAS

Presidente do TST acusa Lula de 'estelionato eleitoral'

Segundo Francisco Fausto, nenhum juiz teria votado no presidente se conhecesse sua reforma

BRASÍLIA — Representantes do Judiciário e do governo voltaram ontem a se desentender por causa da reforma da Previdência. Dizendo-se eleitor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Francisco Fausto, afirmou que foi "vítima de um estelionato eleitoral" por causa da proposta do governo. "Se na campanha o presidente tivesse feito este discurso sobre a aposentadoria dos magistrados, certamente nenhum juiz teria votado nele", afirmou Fausto, que está em férias no Rio Grande do Norte.

O líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), reagiu, dizendo que as declarações "não são só exagero, mas também injustiça". "Todas as propostas estão previstas no programa de governo apresentado por Lula." Rebelo assegurou que as reformas estão sendo negociadas com o Judiciário e que o governo aceita com serenidade as críticas.

Fausto considera que "o governo Fernando Henrique Cardoso tinha mais respeito pelas posições do Judiciário, ouvia mais os juízes". Segundo ele, para que o Judiciário fosse ouvido no governo Lula, foi necessário o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, insistir.

Corrêa, que negociou a manutenção de benefícios com o ministro da Casa Civil, José Dirceu e com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, disse ontem que não foi procurado por ninguém para conversar a respeito dos novos planos do governo: "Confio que as tratativas iniciais sejam mantidas. Os agentes políticos que negociaram comigo não me procuraram para dizer que voltaram atrás."

FMI — Fausto foi mais além, e disse acreditar que a reforma da Previdência atende a interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos fundos de pensão. "Estão olhando mais para esses interesses do que para os dos servidores públicos."

O presidente do TST afirmou que esperava que Lula fizesse reformas constitucionais. "Mas de maneira que não atingisse o direito adquirido das suando mete a mão na aposentadoria, mete a mão no patrimônio familiar."

Para o presidente do TST, os juízes não estão atuando de forma corporativista. "Quem luta pelo reajuste dos salários do cortador de cana é o cortador de cana, do jornalista é o jornalista e dos juízes só podem ser os juízes. Quer coisa mais corporativista do que o PT, que faz perseguição maniqueísta aos filiados que não o obedecem (as orientações partidárias)?", questionou.

Greve — Em outra reação negativa à reforma da Previdência, a Associação do Ministério Público do Rio e a Associação dos Magistrados do Estado votaram ontem pelo indicativo de greve. A paralisação, porém, depende do resultado de uma reunião nacional das duas categorias marcada para o dia 21, em Brasília.

Os juízes e promotores do Rio afirmaram que entrarão em greve caso o relatório da comissão especial da Câmara sobre a reforma da Previdência aprove o fim da integralidade da aposentadoria do funcionalismo, da paridade nos reajustes salariais entre servidores ativos e

inativos e a limitação do subteto do Judiciário a 75% do salário de um ministro do STF. A reivindicação é de que limite seja de 95%.

No fim da tarde, cerca de 300 pessoas participaram de manifestação contra a reforma em frente à Assembleia Legislativa do Rio, onde foi realizada uma audiência pública sobre o tema. O presidente da Assembleia, Jorge Picciani, e a representante da governadora Rosinha Matheus foram insistentemente vaiados pelos servidores presentes na audiência. (Mariângela Gallucci, Eugênia Lopes e Karine Rodrigues)

‘Todas as propostas estão previstas no programa de governo apresentado pelo presidente Lula’

Aldo Rebelo, líder do governo na Câmara

(Página A5 — NACIONAL)